

O QUE É CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO?

Jucelia Bispo dos Santos¹

RESUMO

Este artigo analisa a curricularização da extensão enquanto um processo educacional que integra atividades de extensão à grade curricular dos cursos de ensino superior brasileiro. Esse movimento tem ganhado força no Brasil, especialmente após a instituição da Resolução nº 7, de 2018, pelo Ministério da Educação (MEC), que estabelece diretrizes para essa incorporação. O método utilizado para a análise dos dados combinou a análise de conteúdo para os dados qualitativos e a análise estatística descritiva e inferencial para os dados quantitativos. Essa abordagem mista proporcionou uma compreensão mais rica e detalhada do fenômeno estudado, permitindo a triangulação de dados e a validação dos resultados obtidos. Essa metodologia mista, portanto, não apenas fortalece a confiabilidade dos achados, mas também proporciona insights mais profundos e abrangentes sobre a curricularização da extensão. A análise de conteúdo envolve a codificação e interpretação de dados textuais, como as leis que tratam da temática estudada, permitindo identificar padrões, temas recorrentes e significados subjacentes. Esse método possibilita uma compreensão aprofundada das percepções e experiências dos participantes em relação à curricularização da extensão.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão universitária; Integração curricular; Engajamento comunitário; Formação cidadã; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This article analyzes the curricularization of extension as an educational process that integrates extension activities into the curriculum of Brazilian higher education courses. This movement has gained strength in Brazil, especially after the institution of Resolution No. 7, of 2018, by the Ministry of Education (MEC), which establishes guidelines for this incorporation. The method used for data analysis combined content analysis for qualitative data and descriptive and inferential statistical analysis for quantitative data. This mixed approach provided a richer and more detailed understanding of the phenomenon studied, allowing data triangulation and validation of the results obtained. This mixed methodology, therefore, not only strengthens the reliability of the findings, but also provides deeper and more comprehensive insights into the extension curricularization. Content analysis involves the coding and interpretation of textual data, such as laws that deal with the topic studied, allowing patterns, recurring themes and underlying meanings to be identified. This method enables an in-depth understanding of participants' perceptions and experiences in relation to the extension curricularization.

KEYWORDS

University extension; Curricular integration; Community engagement; Citizenship training; Interdisciplinary.

Introdução

¹ Professora adjunta de Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB - Malês). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: prof.jucelia@bol.com.br.

As primeiras universidades brasileiras encontram suas raízes nos colégios dos jesuítas, estabelecidos durante o período colonial, e mais tarde, com a chegada da Família Real em 1808. Essas instituições iniciais focaram principalmente na educação religiosa e humanística, mas já marcavam os primeiros passos para um sistema organizado de ensino superior no Brasil. No entanto, a estruturação formal das universidades brasileiras só se consolidou com o Decreto do Estatuto das Universidades em 1931, durante o governo de Getúlio Vargas. Esse decreto foi um marco fundamental, pois estabeleceu diretrizes para a organização e funcionamento das universidades, formalizando um sistema de ensino superior que atendesse às necessidades do país. Quanto à extensão universitária, atividades preliminares de “prestação de serviços à comunidade, cursos e conferências” já eram realizadas antes da formalização desse conceito. Essas iniciativas refletiam um esforço das instituições de ensino superior em impactar a sociedade de maneira mais direta e prática. No entanto, foi apenas a partir do início do século XX que a extensão universitária começou a ser reconhecida como uma função essencial das universidades, complementando o ensino e a pesquisa. A extensão passou então a incluir não apenas cursos e palestras, mas também projetos comunitários, serviços de consultoria, e outras formas de interação com a sociedade, ampliando o papel das universidades como agentes de transformação social (Bezerra; Sousa; Colares, 2022).

A história da curricularização da extensão no Brasil insere-se no contexto mais amplo da reforma e evolução do ensino superior no país. A extensão universitária tem como objetivo aproximar a universidade da sociedade, promovendo a aplicação prática do conhecimento acadêmico em benefício das comunidades externas. Na década de 1930, as primeiras iniciativas de extensão universitária surgiram influenciadas pelo movimento de reforma universitária que ocorria na América Latina. Essas iniciativas buscavam integrar a universidade com as demandas sociais, promovendo uma formação mais completa e crítica para os estudantes. A curricularização da extensão no Brasil é um processo recente, mas de grande importância para a integração entre a universidade e a sociedade. Essa trajetória iniciou-se na década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que atribuiu à extensão um papel complementar ao ensino e à pesquisa na universidade (Gadotti, 2017; Abepss, 2021).

Foi apenas nos anos 2000 que a ideia de incorporar a extensão como parte obrigatória do currículo começou a ganhar força. Este movimento se intensificou com a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que estabeleceu a meta de integrar 10% da carga horária dos cursos superiores à extensão universitária. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabeleceu uma série de metas para melhorar a qualidade e a acessibilidade

da educação no Brasil (Bezerra; Sousa; Colares, 2022). Entre essas metas, destaca-se a integração de 10% da carga horária dos cursos superiores à extensão universitária. Essa medida visava garantir que os alunos estivessem não apenas focados em teorias e conteúdos acadêmicos, mas também engajados em projetos que promovessem impacto social, econômico e cultural na comunidade. O objetivo era garantir que os alunos estivessem envolvidos em projetos que trouxessem impacto social, econômico e cultural. Essa meta reforçou a necessidade de incorporar a extensão de forma mais orgânica nos currículos dos cursos superiores. A meta de integrar 10% da carga horária dos cursos superiores à extensão universitária, proposta pelo PNE 2014-2024, é uma estratégia valiosa que fortalece a ligação entre teoria e prática e aproxima os estudantes das realidades sociais, econômicas e culturais do país (Bezerra; Sousa; Colares, 2022).

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, consolidou esse movimento. A resolução estabeleceu diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, reafirmando a exigência de integração entre extensão e currículo, e incentivando as universidades a desenvolverem projetos que articulem ensino, pesquisa e extensão de maneira interdisciplinar.

Art. 2º As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios (CNE, 2018.).

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, marcou um importante avanço na consolidação das práticas de extensão nas instituições de ensino superior no Brasil. Essa normativa delineou diretrizes cruciais para a incorporação efetiva da extensão universitária nos currículos, reafirmando a necessidade de uma integração contínua entre extensão e ensino. Além disso, a resolução incentiva as universidades a proporem projetos que unam de maneira interdisciplinar o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo uma formação mais completa e inovadora para os estudantes.

Esse processo de curricularização da extensão visa romper com a lógica tradicional de ensino, promovendo uma educação mais participativa e voltada para a realidade social. Ao integrar as atividades extensionistas aos currículos dos cursos de graduação, busca-se

proporcionar aos alunos experiências práticas que contribuam para sua formação integral e cidadã. A implementação dessa política ainda enfrenta desafios, como a resistência por parte de alguns setores acadêmicos e a necessidade de recursos adequados.

A curricularização da extensão e as mudanças estruturais nos cursos de graduação

A curricularização da extensão é um processo que visa integrar atividades extensionistas aos currículos dos cursos de graduação. Com essa iniciativa, busca-se aproximar o ensino da realidade social, promovendo trocas de saberes entre a academia e a comunidade externa. Dessa maneira, os estudantes são incentivados a aplicar o conhecimento teórico adquirido em sala de aula em contextos práticos e reais, contribuindo para sua formação integral e cidadã (Jimenez *et al.*, 2023). Essa integração demanda mudanças estruturais nos cursos de graduação. Primeiramente, é necessário reformular os projetos pedagógicos dos cursos para incluir as atividades de extensão como componentes curriculares obrigatórios. Isso exige um planejamento cuidadoso e a adaptação dos cronogramas acadêmicos para acomodar as horas dedicadas às práticas extensionistas. Além disso, os docentes precisam estar preparados e envolvidos na orientação e supervisão dessas atividades, o que implica em capacitação e valorização profissional. Outra mudança significativa é a criação de parcerias sólidas entre as universidades e a comunidade externa. Essas parcerias são fundamentais para identificar demandas sociais que podem ser transformadas em projetos de extensão, garantindo que as atividades desenvolvidas atendam às reais necessidades da população. Essa colaboração também fortalece o vínculo entre a instituição de ensino e a sociedade, promovendo um impacto social positivo.

A avaliação das atividades de extensão também deve ser revista. É crucial que haja critérios claros e instrumentos adequados para mensurar o aprendizado e os resultados obtidos. Isso pode incluir a adoção de métodos qualitativos e quantitativos de avaliação, que considerem tanto o desenvolvimento acadêmico dos estudantes como os benefícios gerados para a comunidade envolvida. Em síntese, a curricularização da extensão representa uma oportunidade para transformar a educação superior, tornando-a mais inclusiva, prática e socialmente relevante. Contudo, para que essa transformação ocorra de maneira eficaz, é imperativo que haja um compromisso coletivo de toda a comunidade acadêmica, desde gestores até estudantes, na implementação e valorização das atividades extensionistas (Brasil, 2001).

A curricularização da extensão implica em mudanças estruturais nos cursos de graduação, que agora devem incluir, no mínimo, 10% da carga horária total em atividades de extensão. Essas atividades devem ser vinculadas ao currículo, garantindo que todos os alunos participem de iniciativas que contemplem a aplicação prática do conhecimento acadêmico em ações que produzam impactos sociais positivos. Dessa forma, a curricularização da extensão promove não apenas a formação técnica e científica dos estudantes, mas também seu desenvolvimento como cidadãos conscientes e críticos. A implementação desse processo exige uma reorganização curricular por parte das universidades, além de um compromisso institucional que valorize e incentive a extensão como um componente vital da educação superior (Brasil, 2014).

Ao estabelecer que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos deve ser dedicada a atividades de extensão, as instituições de ensino superior são desafiadas a integrar de maneira coerente e efetiva o conhecimento teórico adquirido nas salas de aula com a prática em contextos reais e comunitários. Uma das principais implicações dessa mudança é a necessidade de reformulação dos currículos para incorporar as atividades de extensão de forma estruturada e alinhada aos objetivos pedagógicos dos cursos. Essa integração exige uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, onde professores, estudantes e a comunidade externa trabalham juntos para identificar problemas e desenvolver soluções. Esse processo proporciona uma aprendizagem mais significativa e contextualizada para os estudantes, que têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em situações concretas, lidando com desafios reais e contribuindo para o desenvolvimento social. Além disso, essa exigência de 10% da carga horária em atividades extensionistas reforça o papel social das universidades, que passam a atuar não apenas como centros de produção de conhecimento, mas também como agentes ativos na transformação da realidade social. As atividades de extensão promovem a troca de saberes entre a academia e a comunidade, valorizando o conhecimento popular e contribuindo para a formação de estudantes mais conscientes e engajados com as questões sociais (Brasil, 2001; 2015).

A educação superior tem o papel essencial de formar profissionais qualificados e cidadãos críticos. No entanto, muitas vezes, as práticas pedagógicas ficam restritas aos muros da academia, distantes das realidades sociais. A curricularização da extensão surge como uma solução para romper essa barreira, proporcionando uma formação mais ampla e contextualizada. No entanto, uma crítica recorrente é que as práticas pedagógicas frequentemente permanecem confinadas dentro dos limites da academia, desconsiderando as complexas realidades sociais externas. Esse distanciamento pode resultar em uma formação

descontextualizada e desconectada das necessidades e desafios reais da comunidade (BRASIL, 2018). A curricularização da extensão aparece como uma resposta eficaz para esse problema. Esse conceito refere-se à integração de atividades extensionistas no currículo dos cursos de graduação, promovendo uma interação constante entre o conhecimento acadêmico e a prática social. A extensão universitária, historicamente vista como uma atividade complementar, ganha, assim, um papel central, possibilitando que os estudantes apliquem seu aprendizado em situações reais e contribuam para o desenvolvimento social (Brasil, 2018). E. Ao trazer a extensão para o currículo, as instituições de ensino superior incentivam a formação de profissionais mais completos e sensíveis às questões sociais. Os estudantes têm a oportunidade de vivenciar experiências práticas que enriquecem sua formação teórica, desenvolvendo habilidades adicionais, como a capacidade de trabalhar em equipe, a solução de problemas complexos e a comunicação efetiva. Além disso, essa prática estimula a empatia e o compromisso social, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação superior desempenha um papel crucial na formação de profissionais qualificados e cidadãos críticos, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, as práticas pedagógicas tradicionais muitas vezes permanecem confinadas aos limites da academia, criando uma desconexão com as realidades sociais e as demandas do mundo exterior. Essa lacuna entre teoria e prática pode resultar em uma formação incompleta, onde os alunos não conseguem aplicar de maneira eficaz os conhecimentos adquiridos em sala de aula em contextos reais (Minto, 2021). É nesse cenário que a curricularização da extensão se apresenta como uma solução inovadora e necessária. A ideia é integrar atividades de extensão ao currículo acadêmico, permitindo que os estudantes vivenciem experiências práticas em comunidades, organizações e diferentes contextos sociais.

Em suma, a curricularização da extensão representa uma mudança de paradigma na educação superior, alinhando o ensino acadêmico às necessidades da sociedade. Ao romper as barreiras entre a academia e a realidade social, essa abordagem oferece uma formação mais rica e integrada, preparando os estudantes para serem profissionais competentes e cidadãos comprometidos com a transformação social. A curricularização da extensão consiste em integrar práticas extensionistas ao currículo dos cursos de graduação, promovendo um aprendizado que transcende as salas de aula. Esse processo possibilita aos estudantes aplicar conhecimentos teóricos em situações práticas, contribuindo tanto para seu crescimento profissional quanto para o desenvolvimento social e comunitário. Ou seja, ao levarem suas

aprendizagens para além dos muros da instituição, os estudantes se deparam com problemas reais, necessitando pensar criticamente e atuar de maneira ética e responsável. Além disso, a extensão universitária propicia um intercâmbio enriquecedor entre a academia e a sociedade. Projetos de extensão podem abordar questões locais, regionais e até globais, permitindo que os alunos entendam as dinâmicas sociais, econômicas e culturais em que estão inseridos. Ao vincular teoria e prática, a extensão contribui para uma formação mais ampla e contextualizada, capacitando os futuros profissionais a tomarem decisões informadas e a atuarem de modo proativo em suas áreas.

Definição e objetivos da curricularização da extensão

A curricularização da extensão é um processo que integra atividades extensionistas ao currículo dos cursos de graduação, reconhecendo a importância da extensão universitária como meio de complementar a formação acadêmica e atender às demandas sociais. Esse processo visa a criação de um espaço onde teoria e prática se complementem, oferecendo aos estudantes a oportunidade de aplicar conhecimentos adquiridos em sala de aula em contextos reais. Os principais objetivos da curricularização da extensão são diversos e inter-relacionados. Primeiramente, busca-se enriquecer a formação dos estudantes, promovendo competências como cidadania, responsabilidade social e habilidades práticas que são valorizadas no mercado de trabalho. Além disso, essa integração pretende estreitar os laços entre universidade e sociedade, permitindo que a produção acadêmica tenha um impacto direto e positivo no entorno social, econômico e cultural (Brasil, 2022).

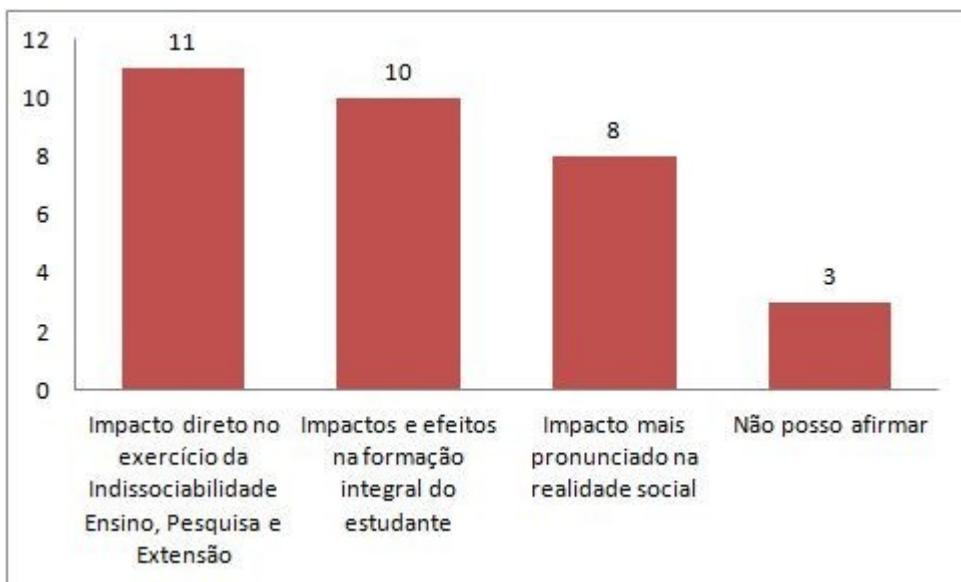
A curricularização da extensão é um processo que integra atividades extensionistas ao currículo dos cursos de graduação, reconhecendo a importância da extensão universitária como meio de complementar a formação acadêmica e atender às demandas sociais. Esse processo visa a criação de um espaço onde teoria e prática se complementem, oferecendo aos estudantes a oportunidade de aplicar conhecimentos adquiridos em sala de aula em contextos reais. Além disso, essa integração pretende estreitar os laços entre universidade e sociedade, permitindo que a produção acadêmica tenha um impacto direto e positivo no entorno social, econômico e cultural (Saviani, 1986). Outro objetivo é fortalecer o compromisso da universidade com a comunidade, cumprindo o papel social de contribuir para a resolução de problemas locais e nacionais. A curricularização da extensão também pretende fomentar a interdisciplinaridade, incentivando a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, o que pode levar a soluções mais abrangentes e inovadoras para os desafios enfrentados pela

sociedade. Além disso, através desse processo, espera-se que os estudantes desenvolvam uma maior consciência crítica e responsabilidade social, preparando-os não apenas como profissionais técnicos, mas também como cidadãos engajados e comprometidos com o bem-estar coletivo.

A curricularização da extensão visa atender às diretrizes instituídas pelo Plano Nacional de Educação, que orienta as instituições de ensino superior a garantirem que pelo menos 10% da carga horária dos cursos de graduação seja destinada a atividades de extensão (Brasil, 2022). Essa obrigatoriedade incentiva às universidades a repensarem e reestruturarem seus currículos, promovendo um ensino mais dinâmico, conectado e socialmente comprometido. Esse plano de extensão incentiva as universidades a reformular seus currículos. Essa reformulação tem o potencial de tornar o ensino mais dinâmico e relevante, promovendo uma conexão vital entre a academia e a comunidade. Além de contribuir para a formação mais ampla e integral dos estudantes, a curricularização da extensão fortalece o compromisso social das instituições de ensino, permitindo que o conhecimento acadêmico seja aplicado na solução de problemas reais da sociedade e reforçando a responsabilidade social dos futuros profissionais.

A curricularização da extensão nas Instituições de Ensino Superior (IPES) brasileiras é uma iniciativa recente que visa integrar atividades extensionistas aos currículos dos cursos de graduação. Essa proposta tem como objetivo proporcionar uma formação mais completa e alinhada com as demandas sociais, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Desde a sua implementação (2019), as IPES têm experimentado diferentes formas de inserir a extensão nos currículos. As percepções sobre essa mudança são variadas, refletindo tanto os desafios quanto os benefícios observados. Entre os principais desafios, destacam-se a resistência inicial de alguns docentes e discentes, que podem não compreender plenamente a importância da extensão no processo educativo. Além disso, a necessidade de readequação curricular e o desenvolvimento de projetos extensionistas coerentes com os objetivos dos cursos exigem um planejamento meticoloso e uma mudança de mentalidade (Forproex, 2019).

GRÁFICO 1 – Percepção das IPES brasileiras após as primeiras experiências de inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação (n=18).



Fonte:

Levantamento realizado entre Pró-reitores de extensão vinculados ao FORPROEX, maio de 2019.

Por outro lado, muitos relatam benefícios significativos. A inclusão da extensão nos currículos tem contribuído para a formação de profissionais mais sensíveis e preparados para enfrentar questões sociais. Alunos envolvidos em projetos extensionistas frequentemente desenvolvem habilidades interpessoais e uma visão mais crítica e reflexiva sobre sua área de atuação. Isso ocorre porque esses projetos, ao promoverem a interação com a comunidade, despertam nos estudantes um senso de responsabilidade social e cidadania ativa (Forproex, 2019). A percepção das IPES sobre a curricularização da extensão tende a ser positiva, principalmente quando envolvem planejamento estratégico e apoio institucional. Pioneiras no processo relataram melhorias na integração entre diferentes áreas do conhecimento e um fortalecimento do vínculo entre universidade e sociedade. Além disso, há um crescente reconhecimento de que a extensão pode enriquecer o ensino e a pesquisa, tornando o aprendizado mais dinâmico e aplicável ao contexto real.

Apesar dos desafios inerentes à implantação da curricularização da extensão, a experiência das IPES brasileiras aponta para um caminho promissor. Ao fortalecer a formação integral dos estudantes e promover uma interação mais significativa com a sociedade, as ações extensionistas nos currículos de graduação têm o potencial de transformar o papel das universidades no Brasil. Por meio dessas atividades, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver habilidades práticas e socioemocionais, trabalhando em conjunto com diferentes setores da sociedade. Isso não apenas enriquece a formação acadêmica, mas também amplia a compreensão dos alunos sobre a realidade social e as necessidades da comunidade ao seu

redor. As atividades de extensão também fomentam a interdisciplinaridade, desafiando os alunos a aplicarem conhecimentos de diversas áreas do saber na resolução de problemas complexos. Assim, a curricularização da extensão contribui para a formação de profissionais mais preparados, críticos e comprometidos socialmente, capazes de provocar mudanças positivas na sociedade (Forproex, 2019).

A implementação dessa política promove um aprendizado mais dinâmico e interativo, permitindo que os estudantes apliquem conhecimentos teóricos em contextos práticos e reais. Além disso, fortalece a conexão entre universidade e comunidade, promovendo a responsabilidade social e o comprometimento com questões locais e globais. Ao reorganizar seus currículos para incluir a extensão, as universidades incentivam a formação de profissionais mais engajados e preparados para enfrentar os desafios sociais e culturais de nosso tempo. Essa abordagem integrada facilita o desenvolvimento de habilidades como a resolução de problemas, o pensamento crítico e a colaboração, preparando os estudantes para mercados de trabalho cada vez mais complexos e diversificados. Assim, a curricularização da extensão não apenas atende a uma exigência legislativa, mas também enriquece a formação acadêmica e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Podemos definir os principais objetivos da curricularização da extensão da seguinte forma:

- 1. Socialização do Conhecimento:** Levar o conhecimento acadêmico para fora da universidade, promovendo a partilha com a sociedade. A curricularização da extensão representa uma inovação no modelo educacional, integrando atividades extensionistas ao currículo acadêmico. Este processo visa criar uma ponte entre o conhecimento gerado na universidade e a sociedade, promovendo uma troca rica e eficaz. A socialização do conhecimento é a essência desta proposta. Levar o saber acadêmico para fora dos muros da universidade possibilita que a comunidade tenha acesso a informações e práticas que podem melhorar suas condições de vida. Por exemplo, alunos de engenharia podem colaborar em projetos de infraestrutura comunitária, enquanto estudantes de saúde participam em programas de prevenção e cuidados em saúde. Esta interação também beneficia os alunos, oferecendo-lhes uma formação mais abrangente. A prática extensionista desafia os estudantes a aplicar teorias em contextos reais, desenvolvendo habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas e responsabilidade social (Brasil, 2018).
- 2. Formação Integral:** Proporcionar ao estudante uma formação que vá além do conteúdo teórico, incluindo competências relacionais, cidadãs e empreendedoras. A

curricularização da extensão é um movimento essencial para promover uma formação integral dos estudantes nas instituições de ensino superior. Esse processo visa incorporar as atividades de extensão diretamente no currículo dos cursos, permitindo que os alunos tenham uma experiência educativa mais abrangente (Brasil, 2018). A formação integral almejada por essa iniciativa não se restringe apenas ao domínio de conhecimentos teóricos, mas também engloba o desenvolvimento de competências relacionais, cidadãs e empreendedoras. Ao envolver-se em atividades de extensão, o estudante tem a oportunidade de aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula, ao mesmo tempo em que se engaja com a comunidade e contribui para a resolução de problemas sociais reais.

3. **Inovação Pedagógica:** Incentivar métodos de ensino que envolvam práticas extensionistas, fomentando a criatividade e a resolução de problemas reais. A curricularização da extensão é um processo que integra as atividades extensionistas ao currículo acadêmico, proporcionando aos estudantes uma formação mais abrangente e conectada às demandas sociais. Um dos aspectos mais transformadores desse processo é a inovação pedagógica, que visa o desenvolvimento de métodos de ensino que envolvam diretamente práticas extensionistas (Brasil, 2018). Essa abordagem incentiva a criatividade e a resolução de problemas reais, preparando os estudantes para enfrentar desafios concretos em suas futuras carreiras. Diferente dos métodos tradicionais de ensino, focados majoritariamente em teorias e conceitos abstratos, a inovação pedagógica inserida na curricularização da extensão propõe uma aprendizagem prática e aplicada. Ao engajar os estudantes em projetos que atendam às necessidades da comunidade, esses métodos promovem uma troca rica de conhecimentos entre a academia e a sociedade.
4. **Responsabilidade Social:** Estimular a consciência crítica e a responsabilidade social dos acadêmicos, envolvendo-os diretamente com os desafios da comunidade. A curricularização da extensão é um processo que busca integrar as atividades de extensão universitária ao currículo acadêmico, promovendo uma formação mais completa e enriquecedora para os estudantes. Essa iniciativa visa estimular a consciência crítica e a responsabilidade social dos acadêmicos, envolvendo-os diretamente com os desafios da comunidade (Brasil, 2018). Ao incorporar a extensão no currículo, as universidades proporcionam aos alunos oportunidades práticas de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula em contextos reais, além de incentivar uma postura ética e comprometida com a sociedade. Esse engajamento com

a realidade social local permite que os estudantes desenvolvam competências essenciais, como empatia, trabalho em equipe, resolução de problemas e liderança.

5. Implementação da curricularização da extensão: A implementação da curricularização da extensão requer uma série de etapas e mudanças estruturais, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo. Inicialmente, cada curso precisa identificar quais disciplinas ou módulos podem incluir as atividades extensionistas. Em seguida, é necessário definir os critérios de avaliação e acompanhamento dessas atividades, garantindo que acrescentem valor ao aprendizado dos estudantes (Brasil, 2018). A implementação da curricularização da extensão é um processo multifacetado que demanda ajustes tanto pedagógicos quanto administrativos. Primeiramente, é essencial que cada curso identifique disciplinas ou módulos altamente pertinentes à integração de atividades extensionistas. Essa identificação deve levar em conta o conteúdo programático de cada disciplina e como ele pode ser enriquecido por atividades que extrapolam o ambiente acadêmico tradicional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade.

As atividades extensionistas oferecem uma oportunidade única para que os estudantes apliquem conhecimentos adquiridos em sala de aula em situações reais, enriquecendo seu aprendizado e desenvolvendo habilidades práticas. Além disso, essas atividades ajudam a estreitar os laços entre a universidade e a sociedade, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Para implementar essa integração de maneira eficaz, é necessário um planejamento adequado que inclua a capacitação dos docentes, a criação de parcerias com a comunidade e a alocação de recursos. Do ponto de vista administrativo, a curricularização da extensão requer ajustes nos sistemas de avaliação, registro acadêmico e até na própria estrutura curricular dos cursos. É importante que as atividades extensionistas sejam formalmente reconhecidas e avaliadas, de modo que possam contribuir para a formação integral do estudante. Esse reconhecimento formal também facilita a motivação dos alunos e docentes na participação dessas atividades. Em suma, a curricularização da extensão é um processo que demanda uma abordagem sistêmica e colaborativa, onde cada ator envolvido - cursos, docentes, alunos e comunidade - desempenha um papel decisivo. A combinação de aprendizagem teórica com a prática extensionista não só amplia os horizontes do estudante, mas também reforça o compromisso da instituição com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

Após essa etapa inicial, a definição de critérios de avaliação e acompanhamento das atividades extensionistas emerge como um passo crucial. Estes critérios devem ser claros e

mensuráveis, permitindo uma avaliação objetiva do impacto das ações realizadas, bem como do aprendizado dos estudantes. Instrumentos como relatórios de atividades, autoavaliações e feedbacks de comunidades envolvidas podem ser utilizados para monitorar e assegurar a qualidade das atividades de extensão. Além disso, a integração das atividades extensionistas na grade curricular requer um esforço coordenado entre os diversos setores institucionais. Envolve mudanças administrativas para flexibilizar currículos e disponibilizar recursos adequados. Professores precisam ser capacitados para orientar projetos extensionistas, e uma cultura institucional de valorização da extensão deve ser promovida.

Principais desafios da curricularização da extensão

A curricularização da extensão deve ser vista como um processo dinâmico, onde revisões e ajustes são contínuos. Através da reflexão e do aprimoramento constante, é possível garantir que as atividades extensionistas realmente acrescentem valor ao aprendizado acadêmico, fazendo com que os estudantes desenvolvam habilidades práticas, senso crítico e uma compreensão mais profunda de seu papel na sociedade. Essa abordagem holística assegura que a extensão contribua de maneira significativa para a formação integral dos estudantes (Saviani, 2020). A curricularização da extensão é, de fato, um processo dinâmico que exige revisões e ajustes contínuos para se manter eficaz e pertinente. Por meio de reflexão e aprimoramento constante, é possível assegurar que as atividades extensionistas agreguem valor real ao aprendizado acadêmico. Isso permite que os estudantes cultivem habilidades práticas, desenvolvam um senso crítico e obtenham uma compreensão mais profunda de seu papel na sociedade (Saviani, 1986). A abordagem holística na curricularização da extensão vai além do simples cumprimento de requisitos acadêmicos; ela visa integrar de maneira significativa o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa integração é essencial para promover uma formação integral dos estudantes, capacitando-os a aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula em situações reais. Além disso, a extensão proporciona um ambiente onde os alunos podem experimentar e resolver problemas concretos, preparando-os melhor para os desafios profissionais e sociais que enfrentarão no futuro.

Por meio desse processo contínuo de revisão e ajuste, a curricularização da extensão pode se adaptar às mudanças sociais, tecnológicas e econômicas, assegurando que as atividades permaneçam relevantes e impactantes. A curricularização da extensão é um processo dinâmico que precisa estar em constante revisão e ajuste para se adequar às evoluções sociais, tecnológicas e econômicas (ABEPSS, 2021). Dessa forma, consegue-se

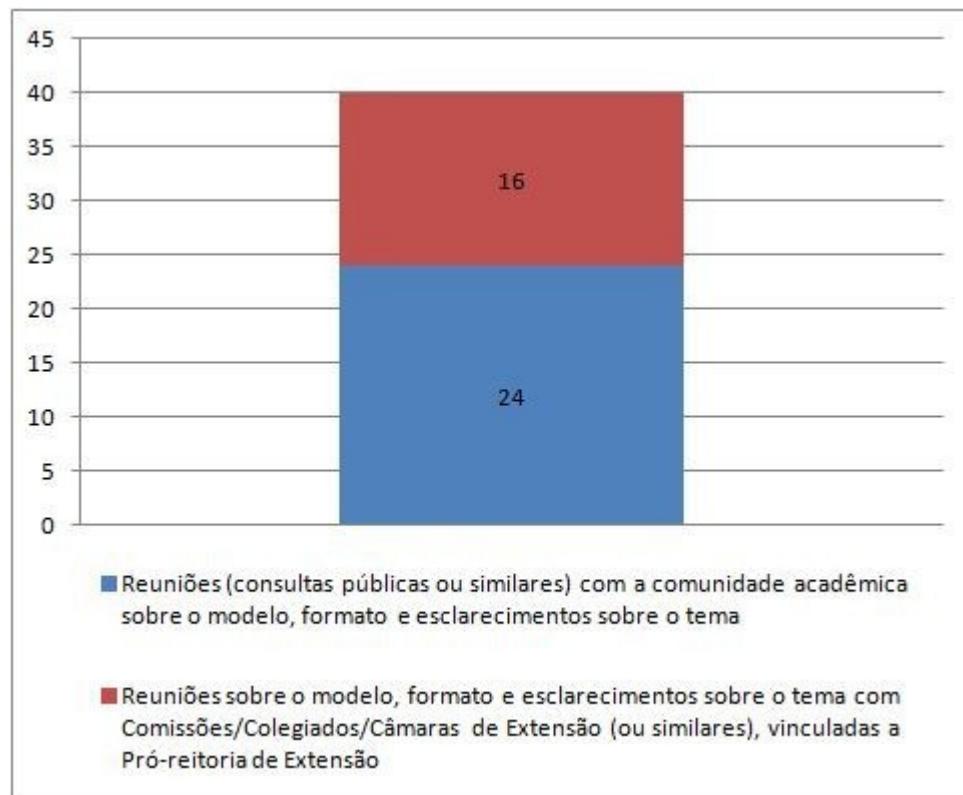
garantir que as atividades extensionistas sejam sempre relevantes e impactantes. Essa prática não apenas complementa a formação acadêmica ao proporcionar aos estudantes uma perspectiva prática e aplicada do conhecimento teórico, como também enriquece a experiência educacional como um todo.

A prática extensionista, quando bem estruturada, oferece oportunidades únicas para que os estudantes apliquem teorias acadêmicas em situações reais, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas. Essas experiências práticas são fundamentais para a construção de um senso crítico robusto e para a compreensão profunda do impacto social de suas ações. A interação com a comunidade externa possibilita um aprendizado contextualizado, onde os estudantes assumem um papel ativo na co-construção do conhecimento, vivendo os desafios e conquistas do mundo exterior à academia (ABEPSS, 2021). Além disso, essa integração fortalece a responsabilidade social dos estudantes, ampliando seu entendimento sobre questões sociais, econômicas e culturais pertinentes. Ao engajarem-se em projetos de extensão, eles são incentivados a refletir sobre suas carreiras e o papel que desempenham na sociedade, promovendo uma formação cidadã e ética.

Implementar a curricularização da extensão nas instituições de ensino superior é uma iniciativa que visa integrar atividades de extensão acadêmica no currículo dos cursos. Apesar de seus benefícios, esse processo enfrenta vários desafios. A implementação da curricularização da extensão nas instituições de ensino superior representa uma série de desafios significativos, exigindo mudanças estruturais e culturais profundas (FORPROEX 2029).

A curricularização da extensão tem sido um tema central nas discussões sobre a modernização e ampliação do impacto das universidades nas comunidades. Essa integração representa a incorporação de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, com o objetivo de garantir que a formação acadêmica conte com experiências práticas e de engajamento social. As fases dos debates iniciais sobre a inserção da extensão nos currículos podem ser divididas em três grandes momentos: conscientização, formulação de políticas e implementação (ABEPSS, 2021).

GRÁFICO 2 - Fases dos debates iniciais sobre a inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação das IPES brasileiras (n=42).

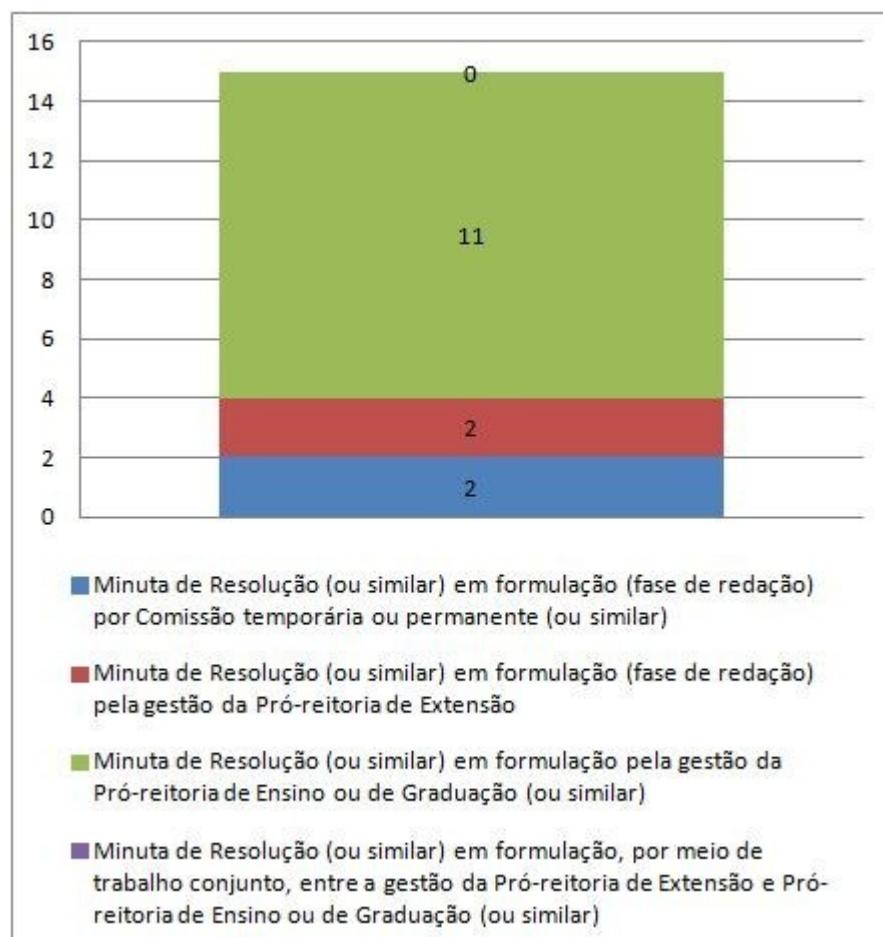


Fonte:

Levantamento realizado entre Pró-reitores de extensão vinculados ao FORPROEX, maio de 2019.

Nesse estágio, os principais debates giraram em torno do reconhecimento da importância da extensão universitária como meio de proporcionar uma formação mais completa e cidadã aos estudantes. Discussões acadêmicas e seminários foram organizados para sensibilizar comunidades acadêmicas sobre a relevância de uma educação que vai além da sala de aula, conectando teoria e prática e atendendo demandas da sociedade. Com a conscientização estabelecida, o foco se voltou para a criação de diretrizes e políticas que pudessem viabilizar a integração da extensão nos currículos.

GRÁFICO 3 - Detalhamento das fases de elaboração da minuta de resolução sobre a inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação das IPES brasileiras (n=42).



Fonte:

Levantamento realizado entre Pró-reitores de extensão vinculados ao FORPROEX, maio de 2019.

Nesse período, foram formuladas propostas de regulamentação e estabelecidos parâmetros para a definição de atividades extensionistas que fossem reconhecidas pelo cálculo de créditos curriculares. As universidades, juntamente com órgãos governamentais e outras instituições de ensino, colaboraram para delinear normas que pudessem ser aplicadas de maneira ampla e uniforme. Finalmente, a fase de implementação envolveu a operacionalização das políticas formuladas (FORPROEX, 2019). Os currículos passaram a ser revisados para incluir atividades de extensão, e novas metodologias de ensino e avaliação foram desenvolvidas. Esse estágio também demandou capacitação de docentes e gestores para garantir que os objetivos da curricularização fossem plenamente alcançados, promovendo uma integração efetiva entre universidade e sociedade. As fases dos debates iniciais foram fundamentais para estruturar essa mudança, desde a conscientização sobre a importância da extensão até a implementação prática nos currículos acadêmicos.

Um dos principais desafios é a resistência à mudança. Muitos docentes e gestores podem estar acostumados a um modelo tradicional de ensino e, portanto, relutantes em alterar suas práticas. A falta de uma cultura institucional que valorize a extensão também pode ser um obstáculo significativo. Outro desafio é a formação de professores para atuar com extensão (Forproex, 2019). Muitos docentes podem não ter experiência em metodologias de extensão, o que requer investimentos em capacitações e treinamentos específicos. Além disso, há a necessidade de criar mecanismos de avaliação adequados para essas atividades, garantindo que sejam reconhecidas e valorizadas no processo educacional.

A infraestrutura também pode ser um problema. Implementar projetos de extensão exige recursos materiais e humanos, muitas vezes escassos nas instituições de ensino. A falta de financiamento pode limitar a amplitude e a eficácia das atividades de extensão. Além disso, a integração da extensão no currículo exige um planejamento detalhado para assegurar que essas atividades estejam alinhadas com os objetivos educacionais dos cursos. Isso implica reestruturação curricular e a criação de novas estratégias pedagógicas (FORPROEX, 2019).

A curricularização da extensão, que envolve integrar atividades de extensão no currículo dos cursos universitários, enfrenta diversos desafios significativos. Estudantes e professores muitas vezes têm horários e compromissos rígidos, o que pode dificultar a participação em atividades de extensão. Além disso, as comunidades externas podem ter interesses e expectativas que nem sempre estão alinhadas com os objetivos acadêmicos, criando uma necessidade de negociação e adaptação. Engajar a comunidade acadêmica e externa é fundamental, mas difícil (FORPROEX, 2019). A construção de parcerias sólidas e duradouras é um processo que demanda tempo e dedicação. Vencer esses desafios é crucial para a curricularização bem-sucedida da extensão. Embora possam parecer obstáculos, cada um representa uma oportunidade de crescimento e inovação no contexto educacional.

A resistência à mudança é outro impedimento considerável. Tanto alunos quanto professores podem estar acostumados a um modelo de ensino mais convencional. A introdução de atividades de extensão no currículo pode gerar incertezas e até resistência, exigindo estratégias de sensibilização e envolvimento coletivo para que a comunidade acadêmica compreenda e valorize os benefícios dessa integração. A avaliação das atividades extensionistas também se apresenta como um desafio. Criar métricas eficazes para avaliar o impacto das ações de extensão, tanto no âmbito acadêmico quanto comunitário, é complexo. Essa avaliação deve ser abrangente e suficiente para refletir o aprendizado dos estudantes e a transformação social gerada, sem perder a objetividade necessária aos critérios acadêmicos.

Outra dificuldade é a construção de parcerias sólidas e duradouras. Parcerias eficazes demandam investimentos contínuos de tempo e recursos, além de uma comunicação constante e eficaz. A falta de experiência ou de interesse por parte das instituições ou das comunidades envolvidas pode agravar esse desafio, dificultando o estabelecimento de laços que beneficiem a todos os envolvidos. Apesar desses obstáculos, superar esses desafios é essencial para que a curricularização da extensão seja bem-sucedida. Cada dificuldade enfrenta pode, na verdade, se transformar em uma oportunidade de crescimento e inovação no campo educacional. A necessidade de engajar diferentes partes interessadas pode estimular a criatividade e a inovação nos métodos de ensino e aprendizagem.

Por último, há o desafio dos recursos. Implementar a curricularização da extensão demanda recursos financeiros e logísticos. É preciso assegurar financiamento para os projetos, transporte para os locais de atuação, material e outros insumos. Isso muitas vezes requer a busca por parcerias e financiamentos externos, além do comprometimento institucional com a viabilidade dos projetos. A curricularização da extensão possui um potencial transformador significativo, mas sua implementação exige um planejamento criterioso e a superação de múltiplos desafios para se concretizar de maneira eficaz e sustentável.

Benefícios da curricularização da extensão

Apesar dos desafios, os benefícios da curricularização da extensão são significativos. Este processo oferece uma experiência prática e contextualizada que enriquece a formação acadêmica dos estudantes. Ao envolver-se em atividades comunitárias, os alunos têm a oportunidade de aplicar teorias aprendidas em sala de aula em contextos reais, o que promove um entendimento mais profundo e holístico das matérias estudadas. Além disso, a conexão entre a universidade e a comunidade é fortalecida, criando um ambiente de aprendizado ativo e engajado. Essa interação beneficia não apenas os alunos, mas também a comunidade, que pode se beneficiar de serviços e conhecimentos advindos da academia. Por fim, essas experiências práticas muitas vezes despertam nos estudantes um senso de responsabilidade social e cidadania, preparando-os para atuar de forma ética e consciente em suas futuras profissões (Martins; Silva; Maurício, 2019). Embora a curricularização da extensão enfrente muitos desafios, os benefícios decorrentes dessa integração são vastos e transformadores, tanto para os estudantes quanto para a comunidade. A superação dos obstáculos requer esforço conjunto de toda a instituição, mas os frutos colhidos certamente justificam o investimento.

A curricularização da extensão, apesar dos desafios, oferece benefícios significativos no contexto acadêmico. Ela promove uma experiência prática e contextualizada, o que enriquece a formação dos estudantes ao conectar a universidade com a comunidade (Martins; Silva; Maurício, 2019). Este processo estimula um ambiente de aprendizado ativo e engajado através dos seguintes elementos:

- Engajamento Comunitário: Fortalece a relação entre a universidade e a comunidade, contribuindo para a resolução de problemas sociais. A interação direta com problemas reais permite que os estudantes se tornem agentes de mudança, aplicando seus conhecimentos de maneira prática e relevante.
- Desenvolvimento Pessoal: Os estudantes desenvolvem diversas habilidades, como liderança, empatia e trabalho em equipe. Essas competências são essenciais tanto para a vida profissional quanto pessoal, preparando os alunos para enfrentar desafios complexos em diversos contextos.
- Aprimoramento Acadêmico: Atividades extensionistas favorecem um aprendizado mais profundo e crítico, pois envolvem a aplicação prática do conhecimento teórico. Esse tipo de aprendizado contextualizado e prático auxilia na compreensão mais holística dos conteúdos acadêmicos, promovendo uma formação mais completa e integrada.

Portanto, a curricularização da extensão é uma estratégia valiosa para enriquecer a educação superior, preparando os estudantes de maneira mais abrangente e conectando-os às necessidades e desafios da sociedade

Considerações finais

Inicialmente, a extensão universitária era vista como uma atividade complementar às funções de ensino e pesquisa, voltada para a disseminação de conhecimentos através de palestras, cursos e atividades comunitárias. Esta fase caracterizou-se pela preocupação em levar o saber acadêmico para fora dos muros da universidade, beneficiando principalmente as camadas mais desfavorecidas da sociedade. Com o passar do tempo, a concepção de extensão evoluiu, incorporando a ideia de diálogo e troca de saberes entre a universidade e a comunidade. Nessa perspectiva, a extensão passou a ser vista não apenas como uma via de mão única, mas como um processo de construção mútua de conhecimentos, no qual a comunidade também contribui com seus saberes e experiências.

A institucionalização da extensão como componente curricular obrigatório nos cursos superiores representa um marco significativo nessa trajetória. Tal mudança visa integrar de

forma mais efectiva a extensão nas atividades acadêmicas, garantindo que todos os estudantes tenham a oportunidade de se envolver em projetos que aproximem a teoria da prática e promovam o desenvolvimento social. No entanto, a implementação dessa medida enfrenta vários desafios. A resistência de parte do corpo docente, a falta de recursos financeiros e logísticos, e a dificuldade em adequar os currículos para incluir a extensão são alguns dos obstáculos mais evidentes. Além disso, é necessário garantir que as atividades extensionistas mantenham um padrão de qualidade, que realmente contribuam para a formação dos estudantes e para a transformação social, sem se transformarem em meros cumprimentos de formalidades. Para superar esses desafios, é fundamental que as instituições de ensino superior se comprometam com uma política de extensão que seja coerente com seus objetivos educacionais e sociais. Isso inclui o fornecimento de incentivos para os docentes, a criação de parcerias com organizações comunitárias e a implementação de mecanismos de avaliação que reconheçam e valorizem os impactos das atividades extensionistas.

A extensão universitária tem o potencial de enriquecer a formação dos estudantes e promover mudanças significativas na sociedade. No entanto, sua efetivação como componente curricular obrigatório requer um esforço conjunto de gestores, docentes, estudantes e comunidades. Apenas através de uma abordagem integrada e comprometida será possível enfrentar os desafios e aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas pela extensão no ensino superior. Em síntese, a curricularização da extensão no Brasil representa uma transformação significativa na educação superior, ao valorizar a interação entre a universidade e a sociedade e promover uma formação mais completa e contextualizada para os estudantes. Essa trajetória ainda está em construção, mas aponta para um futuro promissor na articulação entre saber acadêmico e necessidades sociais. A curricularização da extensão no Brasil é um processo que visa integrar atividades de extensão universitária ao currículo acadêmico, tornando-as parte essencial da formação dos estudantes do ensino superior. Esse movimento ganhou força a partir de diretrizes do Ministério da Educação brasileiro, especialmente com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, que estabelece metas e estratégias para a educação no país. Historicamente, as atividades de extensão nas universidades brasileiras foram consideradas menos prioritárias em comparação ao ensino e à pesquisa. Entretanto, a necessidade de uma educação mais integrada e socialmente comprometida conduziu à valorização da extensão como instrumento de transformação social. A extensão universitária permite que conhecimentos acadêmicos sejam aplicados em contextos comunitários, promovendo uma interação benéfica entre universidade e sociedade.

A extensão universitária, desde sua concepção, é vista como uma ponte entre a academia e a sociedade, promovendo a troca de conhecimentos e contribuindo para o desenvolvimento social. A trajetória da extensão no ensino superior brasileiro reflete uma evolução significativa, especialmente no que concerne à sua integração no currículo acadêmico. Nos primórdios, a extensão era muitas vezes vista como atividade marginal, não considerada fundamental para a formação dos estudantes. Todavia, com o passar das décadas, reconheceu-se a importância da extensão para a formação integral, possibilitando que os alunos aplicassem os conhecimentos teóricos em projetos práticos, engajando-se com comunidades e realidades diversas.

O marco regulatório mais recente, que exige a inclusão da extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação, representa um avanço significativo. Contudo, essa obrigatoriedade também traz desafios. Entre eles, destacam-se a necessidade de preparação das instituições de ensino superior para incorporar essa exigência de maneira eficaz e a adaptação dos currículos para que a extensão seja, de fato, uma atividade formativa e integral para os alunos.

A pesquisa bibliográfica revela que muitas universidades já vêm implementando projetos exitosos de extensão, que aliam inovação e impacto social. O estudo do ordenamento jurídico mostra que a legislação apoiada por políticas públicas fornece uma base sólida para essa integração, mas ainda há um caminho a percorrer no que diz respeito à implementação prática.

Os dados estatísticos indicam uma variação na adesão e na qualidade dos projetos de extensão entre diferentes instituições e regiões. Universidades localizadas em grandes centros urbanos, por exemplo, tendem a possuir mais recursos e infraestrutura para desenvolvimento de projetos robustos de extensão. Em contrapartida, instituições em áreas mais remotas enfrentam desafios adicionais, como a escassez de recursos e a necessidade de criar projetos que atendam às demandas específicas de suas comunidades.

A análise quanti-qualitativa evidencia que a extensão universitária, quando bem implementada, pode proporcionar benefícios significativos tanto para os alunos quanto para as comunidades envolvidas. Para os estudantes, a participação em atividades de extensão desenvolve habilidades práticas, senso de responsabilidade social e uma visão mais ampla de seu papel como cidadãos. Para as comunidades, os projetos de extensão podem trazer soluções inovadoras e melhorias em diversas áreas, como saúde, educação e desenvolvimento sustentável.

Os desafios para a efetiva implementação da extensão como componente curricular incluem a necessidade de formação continuada de professores e gestores, a criação de mecanismos de avaliação que valorizem a extensão e a garantia de financiamento adequado. Instituições de ensino precisam adotar uma abordagem estratégica, priorizando a capacitação e a infraestrutura necessária para que a extensão não seja apenas uma exigência legal, mas uma prática transformadora.

Em resumo, a trajetória da extensão no ensino superior brasileiro é marcada por avanços e desafios. A obrigatoriedade de sua inclusão no currículo representa um passo importante, mas sua efetivação depende de um esforço conjunto das instituições, gestores, professores e alunos. Com uma implementação adequada, a extensão tem o potencial de enriquecer a formação acadêmica e contribuir para o desenvolvimento social de maneira significativa.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Comissão Temporária de Trabalho. Documento preliminar acerca da Curricularização da Extensão. Brasília, DF: Comissão Temporária de Trabalho, 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-daextensao.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.
- ALVES, G. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo. Partes I, II, III, 2013. Disponível em: <https://blogdabitempo.com.br/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2024.
- BEZERRA, A. N. S; SOUSA, F. M. L; COLARES, A. A. A curricularização da extensão na formação docente: aproximações e contradições para uma práxis transformadora. **Revista Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 25, p. 1–22, setembro. 2024, Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20879>. Acesso em: 25 setembro. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. Disponível em: [https://portal.stf.jus.br/CF\(1\).pdf](https://portal.stf.jus.br/CF(1).pdf). Acesso em: 02 jun. 2024.
- BRASIL. Coordenação Nacional – FORPROEX 29 de maio de 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal/ Coordenação de Edições Técnicas, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 set. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/I10172.htm. Acesso em: 01 set. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/I13005.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024. Linha de Base. Brasília, DF: Presidência da República/DIREC, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/plano_nacional_de_educação_pne_2014_2024_linha_de_base. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Gabinete de Transição Governamental. Relatório Final. Brasília (DF): Brasil do Futuro/ Governo de Transição, 2022a. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação/INEP. Censo da Educação Superior 2020. Brasília, DF: Ministério da Educação/INEP, 2022b. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/CensoSuperior2020_17_02_2022 – Final11h00min.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/rbedu/download\(36\).pdf](https://www.scielo.br/rbedu/download(36).pdf). Acesso em: 27 set. 2024.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1979.

FONTENELE, I. C. **A privatização da proteção social no Brasil:** alguns apontamentos sobre a problemática. Teresina, PI: UFPI, 2023.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. In: ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX, 31., 2012, Manaus. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo, SP: Autores Associados/Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 4).

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. (Coleção educação e comunicação, v. 1).

INSTITUTO SEMESP. Mapa do ensino Superior no Brasil 2023. 13. ed. São Paulo, SP: Instituto SEMESP, 2023. Disponível em: <https://www.semes.org.br/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

JIMENEZ, M. O; et al. A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularização da extensão. **Revista Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, v. 33, n. 66, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15304/12646>. Acesso em: 27 set. 2024.

MARTINS, P. F. M.; SILVA, E. G.; MAURÍCIO, N. M. M. A história da Assistência Estudantil no ensino superior brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes “D” e “E” nas universidades federais. **Revista Observatório**, Palmas, TO: UFT, v. 5, n. 6, p. 886–911, out-dez. 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7493/16352>. Acesso em: 01 set. 2023.

MINTO, L. W. Para que o futuro não fique para trás: a universidade brasileira e o bolsonarismo. **Revista Argumentum Debate**, Vitória, ES, v. 14, n. 1, p. 26-37, jan./abr.

2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/37848/25038>. Acesso em: 27 set. 2024.
- POCHMANN, M. Mercado de trabalho: o que há de novo no Brasil. In: **Parcerias Estratégicas**. Edição Especial: análise sobre a PNAD – 2004. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n. 22, 2006.
- RAMALHETE, M. P. Galeria de perdas: a educação brasileira após o golpe (2016-2022). **Revista Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR: UEPG/Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 18, jul. 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092023000100119&script=sci_arttext. Acesso em: 01 set. 2024.
- RIBEIRO, D. Ensaios Insólitos. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1979. SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, PA, v. 10, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100012. Acesso em: 01 set. 2023.
- SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre Universidade**. São Paulo, SP: Cortez/Autores Associados, 1986. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, n. 10).
- SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/download\(45\).pdf](https://www.scielo.br/download(45).pdf). Acesso em: 27 set. 2024.
- SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia**: a política do conhecimento. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/schwartzman-9788599662502.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.
- SERAFIM, A. B. A curricularização da extensão e o neoliberalismo: a governabilidade na resolução e nos discursos de docentes. 2023. 111f. Tese (**Doutorado em Educação**) – Universidade São Francisco (USF), Programa de Pós-Graduação em Educação, Itatiba, SP, 2023. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/3130579654274102.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.
- SINGER, A. **O Lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018.
- SOUSA, A. A. Expansão do Ensino Superior e a Política de Assistência Estudantil: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB. 2021. 108f. Dissertação (**Mestrado em Gestão e Avaliação da educação Superior**) – Universidade Federal da Paraíba UFPB, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, João Pessoa, PB, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22533>. Acesso em: 20 set. 2024.